

TRABALHAR PARA (SOBRE)VIVER: Condições de trabalho e renda nas roças de melancia em Uruana-GO¹

Amanda Vieira Leão²

Resumo

Este artigo busca analisar as condições de trabalho no cultivo da melancia no município de Uruana-GO, tradicionalmente conhecido como capital da melancia. Para tanto, foi realizada a revisão bibliográfica sobre o tema e pesquisa de campo para a coleta de dados. A precarização do trabalho rural tem sido uma das preocupações dos pesquisadores que se dedicam aos estudos em Geografia Agrária, principalmente em decorrência da lógica do sistema produtor de mercadorias aliadas às inovações técnicas. Nesse contexto, percebe-se a estreita relação entre capital e trabalho. O metabolismo social do capital reforça os índices de precarização do trabalho. A produção agrícola é determinada pela realização da mais-valia, ignorando a saúde do trabalhador e priorizando o lucro. Constatou-se com o estudo, a dimensão e as variáveis das diversas formas de exploração do sujeito e do seu trabalho, tanto na produção agrícola quanto na reprodução capitalista. Isto gera uma quantidade enorme de trabalhadores que são “obrigados” a se sujeitarem a condições cada vez mais precárias nas lavouras de melancia.

Palavras-chave: Geografia; Trabalho; Precarização.

Introdução

O presente artigo versa sobre o trabalho humano e a produção agrícola de melancia no município de Uruana, localizada no centro norte do estado de Goiás. Compreender as condições de trabalho no âmbito dessa produção tem sido o objetivo da pesquisa. Examina-se a precarização do trabalho no contexto da cultura da melancia – atividade desenvolvida no município de Uruana desde 1968 por pequenos proprietários de terras e arrendatários.

A partir da década de 1960, a modernização da agricultura transformou as relações produtivas, provocando a integração do campo com a cidade, a agricultura e a indústria (BIAZZO, 2008). Esse processo de industrialização do campo é marcado por “[...]”

¹ Este artigo é resultado parcial da pesquisa do trabalho de conclusão de curso em Geografia intitulado “Condições de trabalho no cultivo da melancia no município de Uruana/GO”, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Arlete Mendes da Silva e co-orientação do Prof. Dr. Bernardo Cristóvão Colombo da Cunha, junto ao curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Anápolis, 2017.

² Bacharel em Direito pela Faculdade Anhanguera de Anápolis – FAA (2015). Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas – CCSEH. Pós-graduanda *Lato Sensu* em Educação Ambiental: perspectivas interdisciplinares e tecnológicas pela mesma instituição. E-mail: amandaa.leao@hotmail.com.

transformações nas relações de produção na agricultura, e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo” (OLIVEIRA, 1986, p. 5).

Dessa maneira, os estudos de Geografia Agrária deixaram de ser tipicamente agrícolas, de forma que a vertente social incorporou definitivamente a postura geográfica sobre o tema. As relações de produção são fundamentalmente relações estabelecidas entre os homens no processo de produção social. Essas relações são a essência do processo produtivo e se estabelecem independentemente da vontade individual de cada um no processo de produção (OLIVEIRA, 1986). O campo não é mais somente agrário, mas sim um campo agrícola e social. Nesse sentido, a Geografia Agrária é “[...] a interpretação dos vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na sua luta pela vida, quotidiana e silenciosa.” (VALVERDE, 2006, p. 15).

É nesse contexto que as relações sociais nas roças de melancia em Uruana-GO se enquadram. Como principal atividade econômica do município, a produção de melancia, gera mais de três mil empregos diretos e indiretos (MACÊDO, 2001). Os sujeitos envolvidos diretamente nesse processo não estão imunes aos efeitos destrutivos do modo de produção capitalista. Pelo contrário, frequentemente são compelidos a anuir novos acordos/tratados de produção e relações de trabalho sob novas condições, como a pluriatividade e/ou a flexibilização. É evidente as estratégias do capital aplicadas nas áreas produtoras da melancia.

Este texto está estruturado em três tópicos. No primeiro, discorre-se sobre a metodologia, técnicas e procedimentos adotados na pesquisa. O segundo, dedica-se às articulações socioespaciais decorrentes da produção de melancia no município de Uruana. No terceiro tópico, analisa-se as condições de trabalho nos melanciais.

Os caminhos da pesquisa e o olhar geográfico em Uruana-GO

Esta pesquisa caracteriza-se pela abordagem metodológica conhecida como pesquisa quanti-qualitativa³. A abordagem quantitativa emprega técnicas relacionadas à quantificação,

³ As abordagens quantitativa e qualitativa não estão totalmente dissociadas, pois se complementam, de acordo com as especificidades do sujeito/objeto de pesquisa. Nesse sentido, busca-se a compreensão das várias faces da realidade. “A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um *continuum*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais ‘ecológicos’ e ‘concretos’ e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa.” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247, grifo dos autores). “Só assim, bem caracterizada no seu aspecto qualitativo e quantitativo, a Geografia agrária adquirirá cunho científico e terá utilidade prática. Amputada de uma de suas partes, ela poderá proporcionar matéria para elegantes

tanto na coleta de informações, quanto na tabulação dos dados, por meio de procedimentos estatísticos (RICHARDSON, 1999). Os dados quantitativos de fontes secundárias são essenciais para dar uma ideia concreta da importância relativa da produção agrícola da melancia no município de Uruana. Por conseguinte, da significação que essa produção tem para a economia do estado de Goiás.

Já a abordagem qualitativa visa interpretar as particularidades de cada contexto, das interações do sujeito consigo, com o outro sujeito e com o mundo. Santos Filho (1995) destaca que esta abordagem concebe o homem como sujeito e ator, enfatizando a compreensão das relações sociais, conforme suas características específicas. Os procedimentos levados a efeito no âmbito desta abordagem são: pesquisa de campo, pesquisa participante e entrevistas.

Nesse sentido, a pesquisa exploratória é acompanhada pela investigação empírica nas lavouras de melancia em Uruana. Valverde (2006, p. 7) ressalta que “o instrumento mais importante que o geógrafo leva para o campo é o próprio cérebro. Lá, ele não se limita a olhar, pois que assim o fazem todos os que viajam: turistas, viajantes. O geógrafo precisa ver, que significa olhar, associado ao ato inteligente de refletir: observar, enfim.”

“Olhar e ver. Ver e intuir. Sentir e compreender. Nossas funções perceptivas da realidade interagem entre si [...]” (SILVEIRA, 2014, p. 61). O olhar do geógrafo – investigativo, exploratório, questionador – é acompanhado das experiências sensoriais. A pesquisa de campo insere o pesquisador na realidade dos sujeitos pesquisados. E por isto, possibilita por meio da observação, a caracterização específica do percebido pelo olhar. Conforme Silveira (2014, p. 61) “Come-se com os olhos. Porém, sente-se com todo o corpo.” O tato, o paladar, o olfato e a audição ampliam a percepção e a compreensão dos fenômenos geográficos.

As conversas e a convivência com trabalhadores nas lavouras fortaleceram a interação pesquisador-pesquisados. “A partir do momento em que vou estar com o **outro** [...] a partir do momento que eu ‘vou lá’, o **outro** é diferente para mim. O **outro** não me parece mais como dado, ele me aparece como vida, como relação concreta, afetiva e social.” (BRANDÃO; CAMPOS; DEMO, 1984, p. 17, grifos dos autores). Desse modo, a pesquisa participante foi essencial para conhecer os trabalhadores da cultura da melancia com mais profundidade, bem como o cotidiano deles nas lavouras.

conferências, cheias de erudição, mas jamais contribuirá para a solução de qualquer dos problemas que afligem o homem.” (VALVERDE, 2006, p. 15).

A aplicação de entrevistas, não-estruturadas e semiestruturadas, foi fundamental para coletar dados sobre as relações e condições trabalhistas na cultura da melancia no município de Uruana-GO. Para realizar as entrevistas é necessário seguir um planejamento conforme os objetivos estabelecidos pelo pesquisador (MOREIRA; CALEFFE, 2006).

As entrevistas não-estruturadas foram empregadas nos primeiros contatos com os sujeitos. Segundo Moreira e Caleffe (2006, p. 168) esse tipo de entrevista é melhor empregado no início da pesquisa, porque o pesquisador “[...] deve estar preparado para deixar que os entrevistados falem à vontade. A entrevista não-estruturada assemelha-se muito à conversação cotidiana, mas, por ser uma entrevista para fins de pesquisa, ela envolve abordagem e técnica de questionamento específicas.” A entrevista não-estruturada oportunizou a percepção e descrição dos lugares e dos sujeitos, a forma como eles trabalham e se organizam.

Após conhecer os lugares e os pesquisados, optou-se pelo uso das entrevistas semiestruturadas. As entrevistas semiestruturadas permitiram identificar o perfil dos trabalhadores, bem como averiguar se há uma “classificação de trabalhadores” e/ou categorias de sujeitos na produção agrícola da melancia em Uruana-GO em relação a contrato e formas de trabalho. Também para coletar evidências sobre as condições de trabalho na cultura da melancia no município.

Na pesquisa de campo foi essencial o registro de imagens, relevante ferramenta para identificar as formas espaciais – paisagem das roças de melancia – e entender as condições de trabalho nessas lavouras. No entanto, não basta fazer uma mera descrição da paisagem, “[...] é necessário interpretá-la, compreender como funciona cada um dos elementos que nela se refletem.” (VALVERDE, 2006, p. 7).

Dinâmica socioespacial agrícola de Uruana-GO

Para compreender uma paisagem, o geógrafo não pode menosprezar a *interpretação histórica*, as *influências econômicas* e as *influências sociais*.

A ocupação inicial de Uruana se dá em 1938, influenciada pelo cultivo de culturas de subsistência (arroz, feijão e milho) e a criação rústica de bovinos e pequenos animais. Uruana obteve a autonomia político-administrativa por meio da Lei Estadual nº. 132, de 14/09/1948.

A partir da década de 1960, a agricultura moderna se expande no Cerrado goiano. Com o advento da agricultura tecnicista em Uruana, a produção agrícola sofreu mudanças

gradualmente, deixando a produção de grãos para produzir melancia. Segundo Macêdo (2001, p. 222-223), “Uruana, em particular, que teve no passado uma função regional com a produção de cereais, é, atualmente, dotada de uma singularidade funcional devida à especialização com a produção de melancia.”

A introdução de novos produtos agrícolas é compreendida somente a partir do contexto histórico. De acordo com Valverde (2006, p. 7) a cultura de um produto que desaparece (ou que deixa de ser o principal produto cultivado) vai influenciar “sobre a de um outro que o sucede”, sobretudo “[...] em países novos como o Brasil, em que a economia de especulação gera tipos muito dinâmicos de paisagens.”

A localização de Uruana foi favorável para a implantação da cultura da melancia. A proximidade com grandes mercados consumidores em ascensão, como o eixo Goiânia – Anápolis – Brasília e o mercado paulista, foi essencial para a inserção de mais uma região produtora à economia goiana. A produção de melancia passou a ser comercializada praticamente em todo território nacional.

Em relação as *influências econômicas*, o geógrafo tem que levar em conta o objetivo da produção agrícola. A melancia uruanense, a partir de então, possui uma finalidade, qual seja abastecer o mercado internacional: alguns países do Mercosul, principalmente a Argentina. Devido à influência que essa produção exerce no mercado interno e externo, Uruana passou a ser conhecida como a “Capital da Melancia” (Fotografia 1).



Fotografia 1 - Entrada da cidade de Uruana-GO

Fonte: Trabalho de Campo (set. 2017). Autora: Leão (2017).

A produção de melancia ganhou relevância com o passar dos anos, sendo, atualmente, a propulsora da economia do município. Nesse sentido, os dados estatísticos são fundamentais para dar uma ideia concreta da importância relativa dessa produção agrícola para Uruana, bem como de sua significação para a economia do estado de Goiás. Assim, prioriza-se analisar o período de 2010 a 2015 (Gráfico 1).

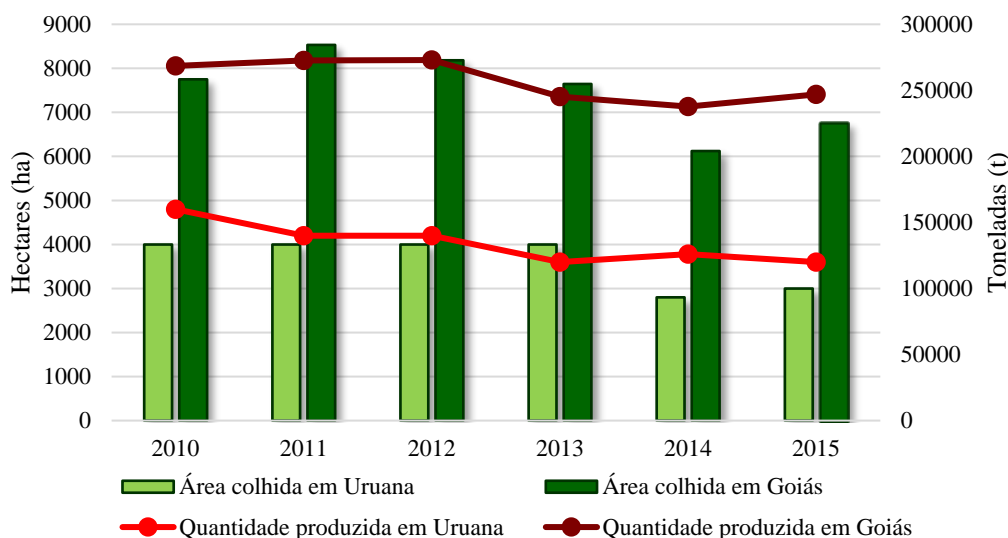


Gráfico 1 - Área e produção de melancia do município de Uruana e do estado de Goiás - 2010 a 2015

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal e Estadual (Acesso: maio 2017). Org. Leão (2017).

Ao considerar a área plantada e a quantidade produzida de melancia em Uruana, nota-se grande semelhança com a área e a produção delineada no estado de Goiás, durante o período estudado.

As informações do Gráfico 1, indicam que Uruana foi responsável por um percentual significativo da produção de melancia do estado de Goiás. A produção de melancia, no município, corresponde a 59,58% da quantidade de melancia produzida em Goiás no ano de 2010; 51,34% em 2011; 48,92% em 2012; 48,92% em 2013; 53,00% em 2014; e 48,59% em 2015, conforme dados do IBGE.

Percebe-se que nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 a área utilizada para a produção de melancia em Uruana foi de 4.000 ha de terra em cada ano. No entanto, os produtores se

depararam com um severo ataque de pragas⁴ às roças de melancia no ano de 2013, comprometendo a quantidade de melancia produzida. A queda da produção corresponde a 20.000 toneladas em relação ao ano de 2012.

O ataque de pragas nas lavouras, no ano de 2013, exerceu grande influência na quantidade de áreas plantadas e colhidas dos anos seguintes. Em 2014, mesmo que a extensão da área plantada e colhida tenha sido reduzida, observa-se que a produção aumentou em comparação ao ano de 2013. Já em 2015, a área utilizada para cultivar melancia foi de 3.000 ha e teve uma pequena queda na quantidade produzida em relação a 2014.

Dito isto, percebe-se quão relevante é a produção de melancia para o município de Uruana, tanto em termos econômicos quanto sociais, em razão do grande emprego de mão de obra.

Vinculadas à organização econômica estão as *influências sociais*. As formas de economia⁵ são, por sua vez, um conceito incorporado em outro ainda mais complexo, o de *modo de produção*. O modo de produção é constituído por dois elementos: as *forças produtivas* e as *relações de produção*. Estas, segundo Valverde (2006, p. 12-13) “[...] são as relações sociais que se estabelecem no processo da produção, ao passo que as forças produtivas são expressas pelas relações entre os homens, de um lado, e os objetos e forças da natureza empregados na produção dos bens materiais, de outro.” Esta breve citação ressalta a relevância do estudo das condições de trabalho para a compreensão da paisagem agrícola de Uruana-GO.

Nesse contexto, percebe-se a estreita relação entre capital e trabalho. Nas roças de melancias, observa-se a dimensão e variáveis das diversas formas de exploração do sujeito e do seu trabalho, tanto na produção agrícola quanto na reprodução capitalista. “[...] o exercício do poder do capital se estende para todo o tecido social [...] ultrapassando o momento da produção, ganhando a dimensão da reprodução da vida, a subjetividade da classe trabalhadora [...]” (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 10).

⁴ A principal praga identificada foi a *Anastrepha grandis*, membro da família *Tephritidae*, conhecidas comumente como moscas-das-frutas. Devido suas formas imaturas (larvas) se alimentarem no interior dos frutos de um grande número de plantas cultivadas e silvestres, estas geram grandes perdas econômicas para a fruticultura, sendo esta espécie encontrada em regiões temperadas, subtropicais e tropicais de todo o mundo (principalmente na América do Sul) e ausentes nas zonas polares. Para mais informações indica-se a obra *Moscas-das-frutas de importância econômica no Brasil* de Malavasi e Zucchi (2000).

⁵ Para Valverde (2006) o processo de valorização econômica que vai estabelecer a forma de economia. Esta, difere da forma de atividade que, por sua vez, refere-se ao processo de trabalho. Exemplos de forma de economia: pecuária leiteira, pecuária extensiva, cultura comercial de cereais, agricultura de enxada, etc. Exemplos de formas de atividade: rotação de culturas, a agricultura itinerante, a jardinagem de tipo oriental (ou sistema chinês), entre outras.

É sabido que tanto na esfera da produção laboral (do trabalho) quanto da reprodução social (da moradia, do convívio, das relações), o capital exerce forte influência na *práxis* do trabalhador no campo e na cidade. Os proprietários dos meios de produção estabelecem uma relação de troca, compra e venda com os proprietários da força de trabalho. Há uma relação de mercado na qual o sujeito que trabalha vende a força de trabalho e outro compra, por meio do salário, esse trabalho/mercadoria.

O modo de produção capitalista pautado na inserção de tecnologias modernas no processo produtivo aliado às novas formas de gestão das relações de produção se constitui como um mecanismo predatório em relação à exploração e utilização do trabalho como criador de valor de troca (GONÇALVES; THOMAZ JÚNIOR, 2002). Assim, o produtor “contrata” o trabalhador “livre” de todos os meios de produção, sobretudo da terra, no qual lhe paga um salário para que ele (trabalhador “livre”) compre tudo o que precisa para continuar a ser trabalhador e vender a sua força de trabalho ao produtor (OLIVEIRA, 1986).

Desse modo, o trabalhador rural não está imune aos efeitos destrutivos desse modo de produção. Pelo contrário, frequentemente é compelido a anuir novos acordos/tratados de produção e relações de trabalho sob novas condições, como a pluriatividade ou a flexibilização. É evidente as estratégias do capital aplicadas no campo nas áreas produtoras da melancia e, também, nas pequenas e médias cidades goianas.

A produção de melancia agrava ainda mais esse problema, pois devido ao seu ciclo produtivo muito curto (abril a outubro) reforça a flexibilidade existente entre empregado-empregador. Em Uruana-GO há uma grande concentração de pessoas cotidianamente em frente às Agências de Carga de melancia. Na maior parte dos casos os “acertos” entre as partes “não exigem” contrato de trabalho. As Agências de Carga se constituem como pontos normais de negociação dos preços das cargas e da contratação de *peões* e *cargueiros*⁶ (MACÊDO, 2001).

Segundo Gonçalves e Thomaz Junior (2002, p. 6) as transformações oriundas da produção e reprodução do capitalismo se revelam incapazes de estabelecer “[...] uma condição de existência digna, pois, se funda na desgraça que é a transformação e exploração do potencial produtivo humano em mercadoria.” Assim, as estratégias capitalistas favorecem a acumulação em detrimento do agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

⁶ Na linguagem dos produtores de melancia, os peões são os que trabalham em todas as etapas do ciclo produtivo da melancia. Os cargueiros são os que empilham ou acondicionam os frutos sobre o caminhão.

Melancia doce, trabalho árduo: condições de vida e renda nos melanciais de Uruana-GO

Neste tópico, são apresentados e analisados os dados obtidos por meio da aplicação de entrevistas não-estruturadas e semiestruturadas a vinte trabalhadores de sete roças de melancia, localizadas no município de Uruana-GO. As entrevistas permitiram identificar o perfil dos trabalhadores e, também, a coleta de evidências sobre as condições de trabalho na cultura da melancia no município. Trata-se de resultados parciais de uma pesquisa em andamento.

Em relação ao sexo, constatou-se que não há mulheres trabalhando nas lavouras, todos os entrevistados são do sexo masculino. Ao questionar os trabalhadores sobre esse fato, a maioria respondeu que trata-se de um serviço “pesado” que demanda muito esforço físico. Portanto, os patrões não “contratam” mulheres para trabalharem nas roças de melancia. Além disso, a faixa etária dos trabalhadores pesquisados varia entre 13 e 55 anos de idade, conforme o Gráfico 2, a seguir.

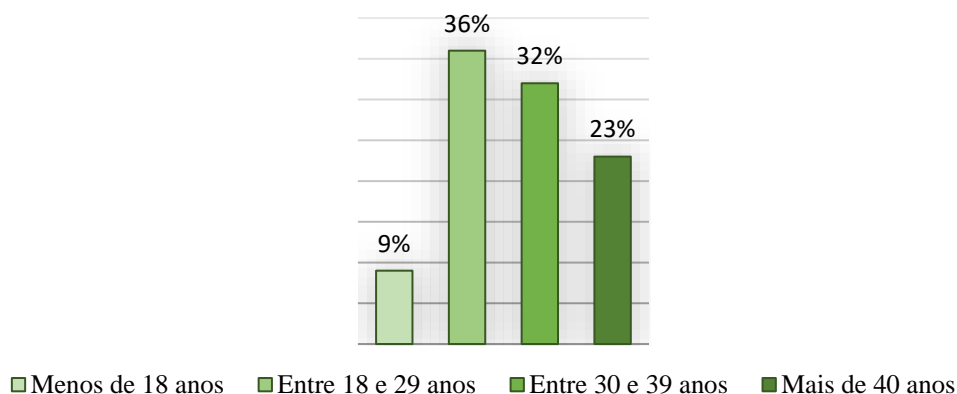


Gráfico 2 - Faixa etária dos trabalhadores na cultura da melancia em Uruana-GO

Fonte: Trabalho de Campo (2017). Autora: Leão (2017).

Conforme o Gráfico anterior, percebe-se que os sujeitos iniciam a atividade laborativa no cultivo da melancia muito jovens, 9% dos trabalhadores são menores de idade. O maior percentual de trabalhadores é formado principalmente por homens com idade entre 18 e 39 anos. O percentual reduz em relação aos homens com mais de 40 anos.

Em uma das “roças” estudadas havia dois menores de idade, um de 13 anos e o outro de 16 anos. Os trabalhadores menores relataram que não trabalham em todas as etapas do ciclo produtivo da melancia. O garoto de 13 anos trabalha nas etapas iniciais como plantio e capina para retirada de ervas daninhas. E, também, no final do ciclo para cobrir a melancia com jornal, evitando que a fruta queime com o sol e, assim, amadureça de forma natural. No entanto, o

trabalhador de 16 anos declarou que maneja “veneno”⁷, sendo a colheita, a única etapa que ele não trabalha.

No Gráfico 3, a seguir, indica-se outro aspecto importante a ser analisado, o nível de escolaridade dos trabalhadores.

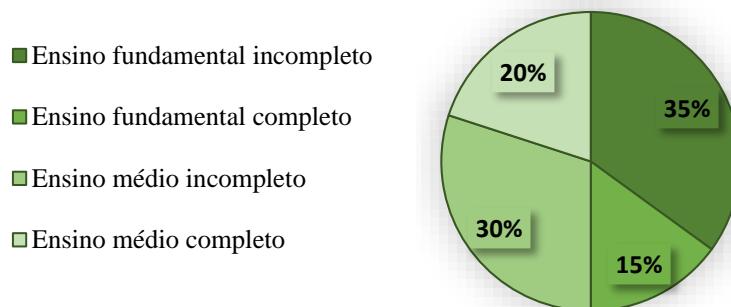


Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos trabalhadores na cultura da melancia em Uruana-GO

Fonte: Trabalho de Campo (2017). Autora: Leão (2017).

Nenhum dos entrevistados possui curso superior e apenas três têm intenção de ingressar na graduação. Alguns disseram que não tem condições financeiras para custear uma “vida na cidade”. Já outros falaram que não tiveram oportunidades quando estavam estudando e que agora é tarde para pensar nisso. Um trabalhador de 23 anos de idade relata que parou de estudar para trabalhar, pois encontrou no cultivo da melancia uma forma de sustentar sua família:

Comecei a trabalhar na melancia com doze anos. Tive que parar de estudar. Aqui é assim, trabalha ou estuda. No começo eu trabalhava só nas férias, porque o patrão não chama pra trabalhar só meio período. Por aqui não tem escola, a mais próxima está treze quilômetros de onde eu moro. Além de ter que acordar muito cedo, eu ia chegar em casa muito tarde. Não ia sobrar tempo pra trabalhar. Então parei de estudar, fiz até a sétima série do ensino fundamental. Se eu não trabalhar quem vai colocar comida na mesa? (Informação verbal).

Esta é a realidade de muitos trabalhadores das roças de melancia, “forçados” a parar de estudar. Isto ocorre porque eles encontram no processo produtivo da melancia as condições materiais de existência, de ter um salário. Tal evidência é comprovada quando os sujeitos são questionados sobre sua principal fonte de renda.

A principal fonte de renda de quinze trabalhadores vem do cultivo da melancia. Dois trabalhadores disseram que trabalhar na “roça” de melancia é a segunda fonte de renda, um de

⁷ Na linguagem dos produtores e trabalhadores na cultura da melancia o agrotóxico é chamado de veneno.

42 anos é pedreiro e outro, 16 anos, depende financeiramente dos pais. Assim, o pedreiro trabalha na lavoura apenas quando não surge algum serviço nessa área. Segundo o trabalhador de 16 anos, a cultura da melancia proporciona uma renda extra, destinada para seus gastos pessoais.

Dos trabalhadores entrevistados, apenas dois possuem Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) anotada. O trabalhador de 37 anos, disse que o valor anotado na CTPS corresponde ao valor recebido por ele. Já o outro, 23 anos, relatou que na CTPS está anotado o valor de um salário mínimo e que esse valor nunca corresponde ao que ele recebe, pois ele trabalha por dia e recebe todo final de semana. Trata-se, portanto, de dois trabalhadores formais.

Em relação aos demais, quinze disseram que nunca pediram ao patrão para anotar a CTPS e que o patrão, também, nunca ofereceu para anotar. Dois trabalhadores falaram que pediram ao patrão para anotar, porém, o pedido foi negado. Nenhum tomou providências e nem questionou ou pediu o patrão novamente. O trabalhador de 33 anos, casado, já teve sua CTPS anotada e narra sobre os motivos que o levou a solicitar ao patrão que o demitisse sem justa causa: “o patrão assinou a carteira por dois anos. Eu pedi baixa, porque precisava do dinheiro do seguro desemprego pra pagar a faculdade da minha filha, é o futuro dela. O dinheiro foi pouco, mas ajudou. O que eu recebo aqui na roça nem sempre dá pra fazer essas coisas (Informação verbal).

Em três “roças” constatou-se a presença de um trabalhador “gerente”⁸ que é subordinado apenas ao patrão que lhe dá ordens para executá-las e/ou repassá-las aos demais trabalhadores. Esse trabalhador tem o controle total da “roça” e representa a figura de um patrão, o qual dirige a prestação pessoal de serviço e detém poder de direção sobre os demais trabalhadores. O trabalhador líder caracteriza-se como um efetivo empregado rural, pois se enquadra em todos os requisitos da relação de emprego. O art. 2º da Lei nº. 5.889/73 dispõe sobre esses requisitos: “Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário”.

Assim, o trabalhador gerente se enquadra na condição de empregado rural, pois é **pessoa física** que atua de forma **subordinada**, pois está sujeito à direção e controle do patrão,

⁸ Quando cumprimentam ou se referem a esse trabalhador, os subordinados a ele utilizam os termos gerente, chefe ou patrão.

obedecendo ordens e cumprindo horários; presta serviço de forma **não eventual**, pois há a habitualidade do trabalho na lavoura de melancia (do preparo do solo à colheita); cumpre o quesito da **pessoalidade**, pois não pode fazer-se substituir por outra pessoa para executar sua atividade; recebe uma **contraprestação pecuniária** (assalariado); e **não assume os riscos** do negócio, os riscos são do patrão. Esse cenário descreve a situação de muitos trabalhadores rurais que não detêm informações suficientes para reivindicarem os direitos⁹ resguardados pela legislação brasileira. Dessa maneira, continuam inseridos na informalidade.

Além disso, os trabalhadores são submetidos a extensas jornadas de trabalho. Todos os entrevistados (inclusive os menores de idade) declararam que trabalham em média de 10 a 12 horas por dia, sem receber horas extraordinárias, descanso semanal remunerado, férias, 13º salário e tantas outras verbas que eles têm direito. Nas etapas da cultura da melancia em que é necessário a aplicação de agrotóxicos, os trabalhadores relataram que a jornada de trabalho (na maioria das vezes) se estende, atingindo uma média de 15 a 17 horas por dia. O trabalhador de 30 anos, inserido no cultivo da melancia aos 18 anos de idade, narra sobre sua jornada de trabalho e horário de almoço:

Eu trabalho umas dez horas por dia. Paro só pra almoçar e lanchar. Aqui eu não vou dizer que é uma hora pra almoçar, nós nunca deu uma hora de quilo aqui. Tiro uns quarenta minutos, no máximo. Quando o serviço tá apertado, quando passo veneno, tiro uns quinze minutos de almoço e trabalho umas quinze a dezessete horas por dia. Já falei até pro patrão e ele só fala que nós tem que trabalhar, porque a melancia não espera ninguém. (Informação verbal).

Trabalhar várias horas por dia já faz parte do cotidiano desses trabalhadores. Não se trata de uma mera escolha destes, mas de uma imposição histórica do metabolismo social do capital, no qual o trabalho é reduzido à condição de mercadoria vendável. “[...] estamos frente a condições de trabalho que não são fonte de humanização, mas sim de degradação da vida.” (HECK; THOMAZ JÚNIOR, 2016, p. 73).

Quanto à aplicação de agrotóxicos nas lavouras, alguns padrões disponibilizam os equipamentos de proteção individual (EPI), mas nem todos os trabalhadores se dispõem a usá-los. O trabalhador de 55 anos, há 43 anos cultivo da melancia relata que: “Eu não uso aquela roupa pá aplicá veneno, cê já viu o tanto que ela é quente? Queria vê quem inventou usar uma

⁹ Os direitos dos trabalhadores rurais estão consagrados no artigo 7º da Constituição Federal (CF) de 1988. As relações de trabalho rural são reguladas pela Lei nº. 5.889/73, regulamentada pelo Decreto nº. 73.626/74 e, no que com ela não colidirem, pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

daquela aqui na roça” (Informação verbal). Portanto, não basta apenas que o fornecimento do EPI, é necessário que o trabalhador use-o. Em relação aos trabalhadores que se disponibilizam a usar o EPI, verificou-se o uso apenas de máscaras, luvas e, em alguns casos, de um tecido amarrado no rosto (Fotografia 2). Ao ser questionado sobre isso, o trabalhador de 43 anos, disse que:

Quando aplico veneno uso só um pano na cara. Nunca pedi nada dessas coisas de máscara, luva, esse tal de EPI que o povo fala, pro patrão. Ele também nunca comprou essas coisas de EPI pra nós. O patrão fala pra nós ter muito cuidado, não ficar pegando o veneno direto com a mão, é perigoso né (Informação verbal).



Fotografia 2 - Trabalhadores aplicando agrotóxicos em roça de melancia sem o uso de EPI – Uruana-GO

Fonte: Trabalho de Campo (jul. 2017). Autora: Leão (2017).

Em Uruana, no cultivo da melancia a exposição dos trabalhadores aos agrotóxicos ocorre em todas as lavouras estudadas. Portanto, é evidente as condições de trabalho impostas pelo capital que atingem a saúde dos trabalhadores. A preocupação não gira em torno apenas da saúde dos sujeitos envolvidos de forma direta, “[...] mas também da saúde ambiental/coletiva, em sentido mais amplo, da sociedade como um todo, já que o Brasil é o campeão mundial no consumo de agrotóxicos.” (HECK; THOMAZ JÚNIOR, 2016, p. 73).

Os trabalhadores são, também, transportados de forma inadequada e perigosa, colocando em risco sua saúde e segurança (Fotografia 4).



Fotografia 3 - Transporte inadequado de cargueiros em Uruana-GO

Fonte: Trabalho de Campo (set. 2017). Autora: Leão (2017).

Não obstante, os sujeitos continuam a trabalhar sob estas condições com perda de direitos trabalhistas, exposição a agrotóxicos, extensão da jornada de trabalho, entre outros, haja vista que é nessa atividade laboral que encontram uma forma para sustentar suas famílias. Isto pode significar um mergulho profundo nos acidentes, doenças, intoxicação, contaminação, mutilações e muitas vezes sem volta, como a morte.

Algumas considerações

As formas de exploração laboral sob a lógica do sistema produtor de mercadorias aliadas às inovações técnicas influenciam a organização do trabalho na sociedade. Nesse contexto, o metabolismo social do capital reforça os índices de precarização do trabalho. A produção agrícola é determinada pela realização da mais-valia, ignorando a saúde do trabalhador e priorizando o lucro. Isto gera uma quantidade enorme de trabalhadores que são submetidos a condições cada vez mais precárias, como é o caso vivido nos melanciais de Uruana.

Portanto, o trabalho reduzido à mercadoria vendável produz efeitos negativos, expondo os trabalhadores a diversos riscos como intoxicação, acidentes, doenças, entre outros. Cabe

ressaltar que isso é fruto de um contexto histórico e não da escolha individual de cada sujeito. Por isso, é importante saber de que trabalho se fala, sob qual relação social e sua relação com os riscos e agravos à saúde, para não culpabilizar os sujeitos dos infortúnios advindos do trabalho.

Referências Bibliográficas

BIAZZO, P. P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. **4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP**, São Paulo, p. 132-150, 2008. Disponível em:

<http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/biazzo_p_p.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

BRANDÃO, C. R.; CAMPOS, M. M.; DEMO, P. Texto Básico – Quais as questões básicas, hoje, para um debate sobre pesquisa participante? **Em aberto**, Brasília, ano 3, n. 20, abr. 1984.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL (1943). Decreto-Lei nº. 5.452, de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1º de maio/1943.

BRASIL (1973). Lei nº. 5.889, de junho de 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho rural. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 8 de jun./1973.

BRASIL (1974). Decreto nº. 73.626, de fevereiro de 1974. Aprova regulamento da Lei nº. 5.889, de 8 de junho de 1973. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 12 de fev./1974.

GONÇALVES, M. A.; THOMAZ JÚNIOR, A. Informalidade e precarização do trabalho: uma contribuição a geografia do trabalho. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98, Vol. VI, núm. 119 (31), 1 de agosto de 2002.

HECK, F. M.; THOMAZ JÚNIOR, A. A produção de territórios da degradação do trabalho: o caso do trabalho em frigoríficos. In: THOMAZ JÚNIOR, A.; PONTE, K. F.; ALVES, J. (Orgs.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Vol. 8. Presidente Prudente: Centelha, 2016, p. 69-102.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: Uruana - Goiás. **Produção Agrícola Municipal** – Lavoura Temporária. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=522170&search=goias|uruana>>.

Acesso em: 10 maio 2017.

_____. Estados: Goiás. **Produção Agrícola Estadual** – Lavoura Temporária. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=go&tema=lavouratemporaria2015>>.

Acesso em: 31 maio 2017.

MACÊDO, M. P. **Uruana e sua dinâmica espacial recente**. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2001.

MALAVASI, A.; ZUCCHI, R. A. (Orgs.) **Moscas-das-frutas de importância econômica no Brasil**: conhecimento básico e aplicado. Ribeirão Preto: Holos Editora, 2000.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep. 1993.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. Coleta e análise de dados qualitativos: a entrevista. In: _____. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 165-194.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS FILHO, J. C. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. (Orgs.). **Pesquisa educacional**: quantidade-qualidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVEIRA, A. J. A poesia do espaço geográfico na pintura da paisagem. **Revista da Sociedade Brasileira de Geografia**, v. 1, p. 59-76, 2014.

THOMAZ JÚNIOR, A. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho. **Pegada**, vol. 5, n. 1 e 2, nov. 2004.

VALVERDE, O. Metodologia da Geografia Agrária. **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1-16, fev. 2006.